

Sarney e Ulysses divergem sobre Estados

CESAR FONSECA

O presidente José Sarney chamou ontem, ao Palácio do Planalto, o presidente da Comissão de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho, para apresentar-lhe uma proposta alternativa para o pagamento das dívidas externa e interna dos Estados com aval do Governo Federal, mas o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, considerou-a inadequada. Enquanto Sarney propôs o pagamento diferenciado — a partir do critério de quem deve mais, paga mais — Ulysses pregou a necessidade de uma saída uniforme, sem discriminação. Hoje, Ulysses reúne-se com os governadores, em sua residência, pela manhã, para discutir o assunto que confronta o Congresso e o Palácio do Planalto.

Eis a proposta que Sarney encaminhou ao presidente da Comissão de Orçamento: 1 — Os Estados que devem até 300 milhões de dólares poderão rolar integralmente suas dívidas, ou seja, 100 por cento, ficando isentos de qualquer pagamento, no próximo ano; 2 — Os que devem de 300 a 500 milhões de dólares poderão rolar 90 por cento das dívidas, pagando, portanto, somente 10 por cento; e 3 — Os que devem acima de 500 milhões de dólares terão que pagar 20 por cento do total, podendo rolar somente 80 por cento. O Governo recuou de sua proposta original, segundo a qual todos deveriam pagar 25 por cento.

ULYSSES

O deputado Ulysses Guimarães não gostou da sugestão. Segundo ele, a diferenciação poderia criar dificuldades para os Estados que mais devem, que são os Estados mais fortes, como

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Porém, eles enfrentam dificuldades financeiras que não os permitem saldar seus compromissos. O ideal, na sua opinião, seria encontrar uma proposta "uniforme" que satisfizesse a todos, indistintamente.

O presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho, não expressou a sua opinião, ressaltou que a questão é política e a solução somente virá por consenso entre as partes. O fato concreto, destacou, é que a sugestão inicial foi descartada por revelar-se impraticável e insustentável pelos Estados em dificuldades financeiras. Lembrou que o Governo é co-responsável pela dívida, porque induziu os Estados a se endividarem, a fim de levantar recursos necessários ao fechamento do balanço de pagamento do País, durante o governo Figueiredo.

A co-responsabilidade, lembrou Carvalho se expressa pelo aval do Governo. Não seria justo que, agora, o Governo exigisse o pagamento integral da dívida, sendo que ele mesmo conseguiu negociar prazos de 20 anos para o pagamento da sua dívida externa. O ajustamento da economia não poderá ser feito rapidamente, a partir do sacrifício das economias estaduais.

SÃO PAULO

A discussão se acirra em relação à dívida do Estado de São Paulo, que sozinho, deve 50 por cento do total das dívidas interna e externa com aval do Governo Federal. Ocorre, destacou Cid Carvalho, que, como reclama o governador Orestes Quêrcia, é impossível atender às exigências oficiais, sob pena de o Estado entrar em insolvência. Para Cid Carvalho, a

situação de São Paulo tende a ser resolvida num segundo momento. O deputado não forneceu mais informações sobre São Paulo.

NORDESTE

Para o Palácio do Planalto, as dívidas dos Estados nordestinos poderiam até ser perdoadas, porque elas estão aquém dos 300 milhões de dólares para cada um. Os Estados mais ricos teriam que pagar mais. Cid Carvalho acha que não é por essa via que a questão será resolvida. Para ele, poderá surgir uma solução de consenso que envolva uma negociação política entre os quatro maiores devedores. Chegou a citar que um acordo feito entre a prefeita eleita de São Paulo, Luiza Erundina, e o governador Orestes Quêrcia, de um lado, e o prefeito Marcello Alencar, e o governador Wellington Moreira Franco, de outro, poderia ter um peso político muito grande no encaminhado do assunto, pela Comissão. De concreto, no entanto, não há nada. "Digamos — destacou Cid — que um acordo poderá sair em torno de uma proposta que varie entre 10 e 16 por cento. Vamos aguardar".

IMPOSTOS

Outro importante complicador, também, é a questão fiscal. Para aprovar o pacote fiscal que o Governo encaminhou ao Congresso, será preciso, segundo Cid Carvalho, o aval dos governadores que movimentarão suas bancadas de acordo com os seus interesses. É previsível, salientou, que caso o Governo insista em uma posição intransigente quanto ao pagamento das dívidas, os governadores trabalharão contra as medidas fiscais propostas pelo Palácio do Planalto. A solução, insistiu, virá somente por consenso.

Planalto pode ganhar no plenário

As divergências entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, em torno das dívidas interna e externa dos Estados com aval do Governo Federal, envolvem uma disputa política que somente será definida, se não houver consenso, pelo plenário do Congresso.

O Governo argumenta que é fundamental garantir o pagamento das dívidas, porque a receita proveniente delas será indispensável para gerir a máquina administrativa estatal, bem como garantir a transferência de recursos para os Estados e municípios. Sem a totalidade dos recursos previstos na cobrança dos 25 por cento do total da dívida, não haverá receita suficiente para fazer frente a tais compromissos e os Estados mais pobres serão os mais sacrificados.

Ocorre que 85 por cento das dívidas são de responsabilidades dos quatro Estados mais ricos da Federação (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e

Rio Grande do Sul), com destaque, também para a Bahia, outro importante devedor. Sozinho, São Paulo acumula 50 por cento da dívida. Será obrigado a desembolsar aproximadamente 1,5 bilhão de dólares. Se os Estados mais ricos não pagarem, o Governo não terá dinheiro para transferir recursos aos estados do Norte e Nordeste. Como as bancadas dos Estados mais pobres, somadas, dispõem de peso maior dentro do Congresso, se tiverem um confronto com as bancadas dos quatro Estados mais endividados, a parada poderá ser vencida pelo Palácio do Planalto, que está defendendo a supressão do pagamento das dívidas dos Estados do Norte e Nordeste. Ou seja, tanto no âmbito da Comissão de Orçamento como no Plenário, a vitória, se fosse decidida por votos, seria dos Estados mais pobres, que devem menos.

Os governadores presidenciais de São Paulo (Orestes Quêrcia) e Minas

Gerais (Newton Cardoso), além do Rio de Janeiro (Wellington Moreira Franco) e do Rio Grande do Sul (Pedro Simon), que também têm pretensões políticas elevadas, seriam derrotados pela estratégia que o Palácio do Planalto armou, ontem.

Ulysses Guimarães, no entanto, não pretende contrariar os quatro governadores mais poderosos. Poderia ser fatal para as suas pretensões de candidato à Presidência da República. Por isso, ele rechaçou a proposta do presidente Sarney, contra-argumentando que o ideal seria encontrar uma proposta uniforme, válida para todos, indistintamente, e que não promovesse, enfim, discriminações entre os Estados, porque todos ricos, no caso, os quatro, que foram induzidos pelo Governo a se endividarem para resolver problemas de balanço de pagamentos do Governo anterior, na gestão do ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto.



Mailson, com empresários latino-americanos: transformar déficit em superávit

Mailson já admite pagamentos menores

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, já admite uma revisão no pagamento da dívida externa dos Estados e municípios contraindidas com aval do Tesouro Nacional. Ontem, após um almoço com empresários latino-americanos, o ministro afirmou que a questão está sendo analisada pelo presidente José Sarney, levando em conta as necessidades do ajuste fiscal do Governo, de um lado, e as dificuldades econômicas dos Estados e municípios, de outro. A partir destas análises e negociações é que o Presidente tomará uma decisão em relação ao assunto.

Uma das propostas que estão sendo analisadas no Congresso Nacional — a quem caberá aprovar o Or-

camento enviado pelo Executivo — é a de reduzir o pagamento da dívida para 15 por cento, ao invés dos 25 por cento exigidos pelo Ministério da Fazenda, para a dívida que vence em 1989. Além disso, o Governo Federal quer que sejam pagos mais 25 por cento da dívida que foi rolada nos últimos cinco anos.

Se o pagamento da dívida for reduzido, como querem os Estados deverá haver um corte em outros itens do Orçamento Geral da União, mas o ministro adianta que não poderá ser nem nas despesas com pessoal, nem no serviço da dívida nem na transferência para Estados e municípios, restando apenas os investimentos e despesas de custeio do Governo Federal. Outra possibilidade é uma revisão nos défi-

cits previstos para os demais setores públicos, como estatais, previdência social e Estados e municípios. A soma dos déficits destes setores mais o do Governo Federal é que deverá ser invertida, e transformando em um superávit de 0,07 por cento do PIB em 89.

Se for decidida alguma modificação no pagamento da dívida dos Estados, Mailson da Nóbrega não acredita que haverá reações por parte dos empresários, pois o déficit global não será alterado. Seja qual for o resultado das negociações, ele garante que o ponto principal é que o Governo está dando o sinal de que vai zerar o déficit público, e com isto reverter as expectativas pessimistas.

Medida é resposta ao rompimento

O Governo não confirma, mas assessores do presidente José Sarney garantem, de forma reservada, que pelo novo esquema de rolagem das dívidas dos estados, apresentado pelo Palácio do Planalto à Comissão Mista de Orçamento, faz mesmo parte da guerra surda contra os governadores do PMDB que, perdida a eleição, ameçam romper com o Governo.

O alvo direto são os governadores de São Paulo, Orestes Quêrcia, do Rio de Janeiro, Moreira Franco, de Minas Gerais, Newton Cardoso, e, de raspão, o do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. São exatamente esses estados os responsáveis por

85 por cento das dívidas interna e externa, cuja rolagem os ministros da área econômica fixaram em 75 por cento, ou seja, os governadores teriam, pelo orçamento, que pagar 25 por cento no próximo ano. Diante da reação dos congressistas, pressionados pelos governadores, o Governo encaminhou uma nova proposta, chamada de "conciliadora", pela qual quem deve até 300 milhões poderá rolar 100 por cento, ou seja, não paga nada em 89, devedores até 500 milhões de dólares rolar 90 por cento, e devedores acima desse volume poderão rolar 80 por cento. O Governo deu uma folga de 5 pontos per-

tuais. Esse esquema beneficia apenas os estados menos endividados que, por isso mesmo, não têm maiores condições de se endividar. Os estados considerados ricos, os do Sul-Sudeste, são os maiores devedores e, o que não é coincidência, são os grandes perdedores das eleições municipais e que agora ameaçam romper com o Governo. Ao propor esse novo esquema de rolagem das dívidas o Palácio do Planalto joga com a possibilidade de promover um racha no lobby dos governadores e, com isso, facilitar as negociações com os membros da Comissão Mista.

Desconfiança impede a votação

As controvérsias em torno do orçamento elaborado pelo Executivo para o próximo ano estão impedindo o quorum para o esforço concentrado do Congresso Nacional. Existe entre os parlamentares uma desconfiança acerca das receitas e despesas estimadas no projeto orçamentário. Um parlamentar explicava ontem à tarde, depois de ver frustrada a segunda sessão convocada para o mesmo dia, que alguns grupos acreditam na possibilidade de o Governo federal ter superestimado os gastos de alguns setores, e subestimado os de outros.

Em quais, entretanto, o parlamentar não revela. "Em muitos", diz, para encerrar a conversa. Menos eloquente foi o deputado Delfim Netto (PDS-SP). "Está quente", foi a resposta que deu ao ser indagado sobre o assunto. Diversos parlamentares admitem que esteja havendo uma disputa nos bastidores para restabelecer alguns privilégios cortados pela Operação Desmonte contida na proposta orçamentária. É uma briga que envolve in-

teresses dos poderes Executivo e Legislativo. Nova sessão do Congresso foi convocada para hoje.

Enquanto isso, a Câmara tenta, através de reuniões do colégio de líderes, impor um certo ritmo. Eles ontem decidiram fazer uma lista com cinco questões consideradas prioritárias, que serão apreciadas hoje, em sessão convocada para as 13 horas. Ontem, apenas o Senado conseguiu adiantar parte da ordem do dia. Em sessão rápida, de que participaram 53 senadores, vários projetos foram aprovados. Nenhum deles considerado de relevância. Já a Câmara, que também contou com quorum alto, pôde apenas eleger seu novo primeiro vice-presidente. Com 270 votos positivos e 13 em branco, foi eleito para o cargo o deputado Maurício Campos.

As 18h30, mesmo sem número suficiente, o Congresso aprovou em votação simbólica a medida provisória do Presidente da República, que proíbe a pesca em períodos de reprodução. A matéria foi assinada por Ulysses Guimarães, co-

mo Presidente interino, e perderia o valor se não fosse apreciada ontem, trinta dias depois de apresentada. As outras nove medidas provisórias reapresentadas pelo Executivo, para deliberação do Congresso, foram enviadas para a Comissão de Constituição e Justiça, pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Lucena espera que a Comissão vote o pedido de inconstitucionalidade feito pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) das medidas provisórias, que não foram votadas a tempo pelo Congresso e, por isso, tiveram invalidados todos os atos delas decorrentes. Pelo menos, é esse o ponto de vista da entidade. Para o Governo, que as reapresentou, estão validados os efeitos provocados pelas medidas desde o dia em que entraram em vigor.

Enquanto a Comissão de Justiça não opinar, o Congresso deverá dedicar-se ao Orçamento e a projetos de lei diversos, como o que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho.

